

Só 10% de condenações em processos de corrupção

Relatório. A Comissão Europeia analisou os esforços dos 28 Estados membros no combate à corrupção e diz que Portugal precisa de uma estratégia nacional para prevenir este crime

VALENTINA MARCELINO

Apenas seis das 60 decisões judiciais relativas a crime de corrupção, reportadas ao Conselho de Prevenção de Corrupção (CPC), eram condenações. Segundo o último relatório disponível do CPC, referente a 2012, mais de metade dos casos (32) corresponde a arquivamentos, uma tendência que, tal como nas decisões condenatórias, se manteve em 2013, segundo apurou o DN junto a fonte do Tribunal de Contas que está a finalizar a análise do ano passado.

Estes dados corroboram a avaliação feita pela Comissão Europeia, num relatório ontem divulgado por Bruxelas, relativo aos esforços anticorrupção nos 28 Estados membros, segundo o qual o exercício efetivo da ação penal nos casos de corrupção de alto nível continua a ser um desafio, em Portugal. Neste relatório, a Comissão destaca a falta de uma estratégia nacional de luta contra a corrupção, num país em que 90% dos inquiridos é da opinião que a corrupção é generalizada, embora menos de 1% admitam que lhes foi solicitado um suborno.

Para a Comissão, Portugal deve garantir que "as autoridades coerivas, o Ministério Público e os tribunais estão bem preparados para lidar eficazmente com os processos de corrupção complexos e apresenta um registo de resultados comprovados nos processos de corrupção".

Para o CPC "a dimensão dos despachos de arquivamento podem ser reveladores das dificuldades da ação da investigação criminal no acesso e recolha dos indícios e das práticas de delituosa neste tipo de criminalidade". Em outubro, a ministra que a Justiça informou o Parlamento que



Tribunais portugueses têm um escasso registo de condenações por corrupção

a Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC) da Polícia Judiciária (PJ) ia ser reforçada com mais 10% de pessoal e que estava para breve a contratação de três peritos na área financeira e contabilística. Solicitado à direção da PJ um ponto de situação sobre este reforço e a evolução do número de investigações, foi transmitido que a PJ abriu 270 inquéritos por corrupção em 2013. Mas não foram facultados dados sobre a evolução do número de investigações, em relação a 2012, nem sobre o reforço de meios prometido.

No relatório da Comissão Europeia é ainda sugerido que se dê especial atenção à administração local, identificando os fatores de risco nas decisões de planeamento

INQUÉRITO

90%

é a percentagem dos portugueses inquiridos que consideram que a corrupção é generalizada no País, acima da média da União Europeia (UE), com 76%.

1%

apenas esta percentagem de inquiridos em Portugal admitiu que no último ano alguém lhes pediu ou esperou que lhe pagasse um suborno por serviços prestados. Melhor do que a média da UE, que atinge os 4%.

36%

dos portugueses consideram que são atingidos pela corrupção no seu dia a dia e 75% acredita que ela aumentou.

urbano local e divulgar o património dos funcionários autárquicos.

Segundo o CPC é dos municípios, freguesias e empresas municipais a origem da maior fatia das decisões judiciais reportadas (47,1%), com destaque para as câmaras (36,8%), seguida da área das "polícias e forças de segurança" (6,6%). O Conselho justifica esta tendência pelo poder discricionário incluindo nas funções destas entidades, exercidas em contexto de grande proximidade com os cidadãos, colocando-as "naturalmente mais expostas a riscos de ocorrência de atos de corrupção".

A corrupção custa à economia europeia cerca de 120 mil milhões de euros por ano e para três quartos dos europeus (76%) é um fenómeno generalizado, sendo que mais de metade dos inquiridos (56%) pensa que a corrupção no seu país subiu nos últimos anos.

SITUAÇÃO EUROPEIA

Espanha

Espanha tem a percentagem mais elevada de corrupção da União Europeia. Segundo o primeiro relatório anticorrupção, 63% dos espanhóis consideram que a corrupção é generalizada no seu país. Ainda 2% dos cidadãos afirma já ter vivenciado ou assistido a um caso de corrupção no último ano. A nível político verificaram-se insuficiências nos mecanismos de controlo regional e local, bem como na aplicação dos gastos públicos.

Itália

Em Itália, cerca de 88% dos cidadãos acreditam que a corrupção é a maneira mais fácil de obter cargos públicos, segundo a avaliação da Comissão Europeia. O relatório sugere que Itália reforce o regime de integridade nos funcionários eleitos, com a implementação de códigos de ética. Em 2012, Itália aprovou a lei de anticorrupção, com o objetivo de regular as contas da administração pública e das elites políticas.

Grécia

A nomeação de um coordenador anticorrupção na Grécia auxiliou na luta contra a pressão sentida pela administração pública. Todavia, a contratação para cargos públicos continua a ser uma área onde existe um enorme risco de suborno. A Comissão Europeia alerta no relatório anticorrupção para a supervisão rigorosa, no que respeita a financiamentos com interesses partidários. A fiscalização ajudaria a melhorar a situação grega.

Alemanha

A Alemanha destaca-se pela positiva a nível de corrupção na União Europeia. Apesar de terem sido poucos os alemães que experimentaram o contacto direto com um suborno, 9% admite conhecer pessoalmente alguém que já tenha aceite ser subornado. O relatório recomenda a consciencialização da questão dos subornos nas pequenas e médias empresas e nos financiamentos de campanhas eleitorais.

Irlanda

A Irlanda apostou em reformas substanciais para combater a corrupção. As medidas transparentes, em torno do financiamento de partidos políticos e de campanhas eleitorais, respondeu à preocupação do público. Porém, no relatório é salientado que pode ser feito muito mais no que respeita à fiscalização dos interesses locais e de planeamento urbano. Apenas 3% do povo irlandês confessa já ter recebido pedidos de suborno, no último ano.

Falta vontade política para definir estratégia

REAÇÃO Associação cívica Transparência e Integridade crítica políticos que produzem leis que são ineficazes para combater corrupção

A associação cívica Transparência e Integridade (TI) criticou ontem o Estado português de ineficácia no ataque à corrupção, apesar de a produção legislativa e da criação

de "organismos em resposta a avaliações internacionais".

Na análise ao Relatório Anticorrupção da União Europeia (UE), a direção da Transparência e Integridade refere que "as autoridades portuguesas são muito lestras no plano formal, mas muito ineficazes em termos de resultados". "O relatório faz um bom trabalho a listar as leis e regulamentos que o Estado Português tem vindo a pro-

duzir. O problema é que são reformas "para inglês ver", que não trouxeram mais eficácia ao combate à corrupção. Portugal gosta de mudar leis e criar organismos em resposta a avaliações internacionais, mas, na prática, nada muda", refere a associação cívica.

O documento da UE, que analisa os esforços anticorrupção nos 28 Estados membros, salienta que falta uma estratégia nacional de

luta contra a corrupção e que Bruxelas considera que não existe "ação penal nos casos de corrupção de alto nível", o que "continua a ser um desafio" em Portugal.

"Os males estão diagnosticados há muito. E o primeiro desses males é a falta de vontade política para implementar uma estratégia nacional de combate à corrupção. O relatório da UE reconhece que essa estratégia não existe", diz a TI.

Só há 10% de condenações em casos de corrupção

RELATÓRIO Comissão Europeia crítica Portugal por não ter estratégia nacional de combate à corrupção. Só há seis condenados. **PAÍS** PÁG. 18